

1           **ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO ANO DE 2021 DO COMITÊ DA BACIA**  
2           **HIDROGRÁFICA DOS AFLUENTES MINEIROS DOS RIOS MOGI-GUAÇU E PARDO**  
3           **(GD6), REALIZADA NO DIA 17 DE JUNHO DE 2021 POR VIDEOCONFERÊNCIA**

4           Aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e  
5           trinta minutos, deu-se início a 3ª Reunião Ordinária do ano de 2021 do Comitê da Bacia  
6           Hidrográfica do dos Afluentes Mineiros dos Rios Mogi-Guaçu e Pardo (CBH Mogi-  
7           Pardo GD6), realizada de forma não presencial, pela plataforma Google Meet, para  
8           discussão dos seguintes itens de pauta: **Item I** - Abertura da sessão pelo Presidente  
9           do Comitê, execução do Hino Nacional, verificação de quórum e leitura das  
10          justificativas de ausência; **Item II** - Aprovação da Ata da 2ª Reunião Ordinária do dia  
11          13/04/2021; **Item III** - Aprovação da Deliberação “*Ad Referendum*” nº 12/2021 de  
12          14.05.2021 que altera o nome da CTO para CTOC e dá nova atribuição; **Item IV** -  
13          Discussões e contribuições dos conselheiros sobre o tema Cobrança pelo Uso do  
14          Recurso Hídrico; **Item V** - Deliberação de Criação da Comissão Eleitoral para  
15          acompanhamento do Processo Eleitoral 2022/2026, conforme proposta de DN em  
16          anexo, com apresentação dos indicados a representar cada segmento; **Item VI** -  
17          Assuntos Gerais; e **Item VII** - Encerramento. **Membros presentes:** Na reunião  
18          estiveram presentes 26 (vinte e seis) membros, representando 25 (vinte e cinco)  
19          Instituições, sendo os seguintes membros da Diretoria: **Presidente Rogério Araújo**  
20          **Dias (Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE),**  
21          **Secretário Juvenal Nogueira Marques (Secretaria do Estado de Meio Ambiente e**  
22          **Desenvolvimento Sustentável - SEMAD) e Secretária Adjunta Rafaela Macedo**  
23          **Soares (Prefeitura Municipal de Guaxupé) e os seguintes Conselheiros: Newton**  
24          **Eleutério Ramos (Polícia Militar do Estado de Minas Gerais - PMMG), Eduardo de**  
25          **Araújo Rodrigues (Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM), Leonel Satiro**  
26          **de Lima (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas**  
27          **Gerais - EMATER), Aparecido Venâncio Martins (Secretaria de Estado de**  
28          **Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SEAPA), Acássio José Paese (Polícia**  
29          **Civil de Minas Gerais), Giovani Adison Grande (Secretaria de Estado de Saúde -**  
30          **SES), representantes do PODER PÚBLICO ESTADUAL; Samira Fróes de Oliveira**  
31          **(Prefeitura Municipal de Bueno Brandão), Antônio Carlos Alvisi (Prefeitura**  
32          **Municipal de Poços de Caldas), Claudio Junior Araújo (Prefeitura Municipal de**  
33          **Andradas), Camilla Batista de Oliveira (Prefeitura Municipal de Muzambinho),**  
34          **representantes do PODER PÚBLICO MUNICIPAL; Mário Montingelli Neto**  
35          **(Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA), Renato Nogueira Pizol**  
36          **(Alcoa Alumínio S/A), Cláudia de Souza (DME Energética S.A.), Laene Fonseca**  
37          **Vilas Boas (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG), Luiz**  
38          **Renato Musa Machado (Associação dos Mineradores do Planalto de Poços de**  
39          **Caldas - ASMIPC), representantes dos USUÁRIOS; José Edilberto da Silva**  
40          **Resende (Associação Poços Sustentável - APS), Kelly Ribeiro de Andrade**  
41          **Almeida Di Tomazzi (Agência Regional de Proteção Ambiental da Bacia do Rio**  
42          **Grande – ARPA Rio Grande), Irinéia Ardissom da Silveira Souza (ONG Planeta**  
43          **Solidário), Maria Teresa Mariano (Sociedade Mineira de Cultura - Pontifícia**  
44          **Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG Campus Poços de Caldas), Ana**  
45          **Paula Brescancini Rabelo (Sociedade Mineira de Cultura - Pontifícia Universidade**

46 **Católica de Minas Gerais - PUC/MG Campus Poços de Caldas), Ângela Maria**  
47 **Martins Marques dos Santos (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de**  
48 **Minas Gerais - CREAMG), Valnei José de Melo (Nascentes do Alto do Rio Pardo e**  
49 **seus afluentes - NARP) e Sebastião Marcos Vilela (Instituto Federal do Sul de**  
50 **Minas - Campus Muzambinho), representantes da SOCIEDADE CIVIL. Também**  
51 **estiveram presentes os seguintes convidados: Maria de Lourdes Amaral Nascimento**  
52 **(Gerente de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas e Articulação a Gestão**  
53 **Participativa – GECBH – IGAM), Robson Rodrigues dos Santos (Gerência de**  
54 **Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas e Articulação a Gestão Participativa –**  
55 **GECBH – IGAM) e Allan de Oliveira Mota (Gerente de Planejamento de Recursos**  
56 **Hídricos – IGAM); Item I - A reunião foi aberta pelo Presidente Rogério, o qual**  
57 **agradeceu a presença de todos e desejou uma boa reunião. Na sequência, ele solicitou**  
58 **a execução do Hino Nacional e convidou todos a cantarem. Verificou-se o quórum e a**  
59 **secretária fez a leitura das justificativas de ausências. O Presidente Rogério propôs**  
60 **inverter as pautas, começando-se por “assuntos gerais”, pois disse que o Comitê é**  
61 **composto por 4 (quatro) segmentos e que gostaria que todos participassem com muito**  
62 **diálogo e que trouxessem contribuições dos seus setores. A conselheira Laene sugeriu**  
63 **que os assuntos de relevância sejam discutidos em uma reunião extraordinária, pois**  
64 **assuntos gerais são informes, recados e assuntos diversos rápidos. O conselheiro**  
65 **Valnei disse que há assuntos como o Plano Diretor, que são de extrema importância e**  
66 **devem ser discutidos, ao que todos concordaram com a inversão das pautas e passou-**  
67 **se então para o **Item VI - Assuntos Gerais**; O conselheiro José Edilberto comentou**  
68 **sobre a sua contribuição enviada à Diretoria para avaliação e utilização de um quadro**  
69 **de pendências de todas demandas identificadas no CBHGD6 e não pautadas, bem**  
70 **como as respostas pendentes e não tratadas, Prosseguiu sobre outro tema que é o**  
71 **Plano Diretor e a motivação para a discussão do mesmo, ações prioritizadas e**  
72 **aprovadas na reunião em Bom Repouso pela Plenária e que repetidamente o**  
73 **Conselheiro Antônio Carlos Sales preparava a atualização e apresentação,**  
74 **considerando que era objeto de pauta não cumprido em reunião anteriores. Sobre o**  
75 **Fórum adequado para manifestação e deliberação do CBHGD6, ele reforçou que a**  
76 **Plenária é o canal oficial do Comitê, que outros fóruns informais não possuem caráter**  
77 **deliberativo. A respeito do quadro de pendências, o Presidente Rogério respondeu que**  
78 **será disponibilizado para todos assim que tiver todas as respostas do mesmo, bem**  
79 **como com a concordância e a retomada das discussões do Plano Diretor e a eleição**  
80 **para um novo coordenador da Câmara Técnica do Plano Diretor - CTPD, caso o**  
81 **conselheiro Antônio Carlos Sales decidir realmente deixar a CTPD. Frisou que o Plano**  
82 **Diretor é um assunto que tem que sempre ser discutido no Comitê e que a CTPD deve-**  
83 **se reunir com mais frequência para discutir meta por meta, trazendo para a Plenária a**  
84 **demanda para serem feitas as devidas deliberações e precisa da contribuição de mais**  
85 **conselheiros atuantes. A conselheira Ângela pontuou que, com relação ao Plano**  
86 **Diretor, o Presidente deveria já convocar uma reunião com a CTPD para que seja**  
87 **escolhido o coordenador e resgatar nas atas antigas o que já foi decidido nas Plenárias**  
88 **com relação ao Plano Diretor. E a partir daí trabalhar uma hierarquia de necessidades**  
89 **para que seja dado o prosseguimento dos projetos que existem no Plano Diretor,**  
90 **trabalhando em uma deliberação normativa que seria uma norma infra legal que**

91 apoiaria o Comitê no caso dos recursos virem, para poder determinar para onde serão  
92 destinados, pois no fundo este é o problema do Plano Diretor, por ele ser do ano de  
93 2010 e portanto, estar defasado em onze anos. Outro trabalho para a CTPD seria fazer  
94 uma DN nova de criação e composição, que também estão defasadas. Sugeriu  
95 também que a CTPD tenha um espaço de fala nas reuniões da Plenária para  
96 comunicar o que está em andamento e colher sugestões dos conselheiros. E aprovou a  
97 apresentação do quadro de pendências do conselheiro Edilberto. O Presidente Rogério  
98 concordou e disse que colocará na pauta das próximas reuniões da Plenária este  
99 espaço de fala para as CT's atualizarem sobre os seus trabalhos. E propôs um  
100 treinamento com o Allan (IGAM), sobre as ações do Plano Diretor, ao que a conselheira  
101 Ângela concordou. Neste momento, o convidado Allan (IGAM) tomou a palavra e disse  
102 que já esteve em uma reunião com a CTPD para conversar sobre as ações do Plano e  
103 disse que já estão fazendo, pelo segundo ano consecutivo, a análise da elaboração e  
104 implementação dos planos diretores em Minas, sendo que o do GD6 já está nesta  
105 avaliação, montaram também o programa de aprimoramento dos planos e estão dando  
106 encaminhamento em várias bacias. Concordou com este momento de discussão sobre  
107 o Plano Diretor nas reuniões da Plenária e deu o exemplo do GD7 onde isto já vem  
108 sendo feito em suas reuniões e com isto, já se conseguiram 76% de implementação do  
109 que era previsto até o momento no Plano Diretor deles. Disse que já combinou com a  
110 servidora Rosângela para que ela acompanhe a partir de agora todas as reuniões e dê  
111 este suporte para implementação das ações do Plano Diretor. E frisou que, por mais  
112 que o plano seja antigo, ele tem todo um mapeamento da bacia, o lançamento de  
113 efluentes, e no caso da quantidade, o maior impactante é a irrigação, a utilização para  
114 a pecuária. Lembrou que o IGAM tem o interesse em dar todo o suporte para o Comitê  
115 mas que, com a cobrança, o Comitê vai poder ter agência e ela vai ter o papel de  
116 acompanhar melhor o plano e a partir dela, vai-se poder contratar o enquadramento e  
117 através deste vai poder ter a outorga de lançamento de efluentes e as coisas vão  
118 começar a fluir. O conselheiro Eduardo pediu a palavra e lembrou que as algumas  
119 ações do plano já foram realizadas por outros agentes da bacia, que muitas vezes até  
120 o próprio Comitê desconhece e pediu que o Allan pontuasse cada ação e o que já foi  
121 feito e lembrou que as câmaras técnicas devem sempre atender as demandas da  
122 Plenária e que neste momento onde cobrança, agência e enquadramento estão sendo  
123 feitos juntos, precisa encaixar tudo na mesma linha para que as discussões na Plenária  
124 sejam mais assertivas. O conselheiro José Edilberto pediu a palavra e solicitou a  
125 presença do IGAM em todas as reuniões, especialmente neste momento onde estão  
126 sendo discutidos tantos assuntos relevantes para o Comitê, para Poços de Caldas e os  
127 outros municípios da bacia. O Presidente Rogério agradeceu e passou a palavra para o  
128 conselheiro Valnei que lembrou também sobre a questão da INB e pediu para convocar  
129 o gerente da INB nas próximas reuniões para que ele explique sobre a barragem de  
130 rejeitos radioativos e conseqüentemente sobre a qualidade da água que será utilizada  
131 para fazer a irrigação, consumo, etc. O Presidente Rogério disse que, a este respeito,  
132 já existe um grupo de trabalho que vai ser reativado e que vai incluir este assunto na  
133 CT do Meio Ambiente e dar seqüência nestes trabalhos. Ele agradeceu ao Allan  
134 (IGAM) e passou a palavra para a Maria de Lourdes (IGAM) que disse que a gerência  
135 do IGAM tem a obrigação de acompanhar estas discussões sobre o Plano Diretor e

136 reforçou que uma das atribuições é articular com todos os setores e com as entidades.  
137 E que a gerência sempre vai colocar alguém para ajudar o Comitê, é só acionar. O  
138 Presidente Rogério agradeceu a participação dela e passou então para o **Item II -**  
139 **Aprovação da Ata da 2ª Reunião Ordinária do dia 13/04/2021**; após uma pequena  
140 correção, a ata foi aprovada por todos os conselheiros presentes; passou-se então  
141 para o **Item III - Aprovação da Deliberação “Ad Referendum” nº 12/2021 de**  
142 **14.05.2021 que altera o nome da CTO para CTOC e dá nova atribuição**; não  
143 havendo manifestações contrárias, a referida deliberação foi aprovada; passou-se  
144 portanto para o **Item IV - Discussões e contribuições dos conselheiros sobre o**  
145 **tema Cobrança pelo Uso do Recurso Hídrico**; o Presidente Rogério lembrou que foi  
146 enviado um material fornecido pelo IGAM juntamente com a convocação e pediu que  
147 todos os conselheiros leiam, estudem, para que possam contribuir com este importante  
148 tema que o Comitê terá daqui para frente. Neste momento, ele passou a palavra para o  
149 coordenador da Câmara Técnica de Outorga e Cobrança – CTOC, o conselheiro  
150 Juvenal, que frisou a importância de todos os conselheiros contribuírem nas discussões  
151 sobre a cobrança, e que inclusive a Maria de Lourdes (IGAM) informou a ele que existe  
152 a intenção por parte do IGAM de se fazer uma capacitação sobre a cobrança para os  
153 conselheiros e ele lembrou também que tem uma minuta de DN proposta pela  
154 conselheira Ângela, que está sendo trabalhada, e que em um momento oportuno será  
155 trazida pela Plenária para apreciação, mas primeiro tem que consolidar entre os  
156 conselheiros. Ao ser citada, a conselheira Ângela tomou a palavra e disse que a  
157 referida minuta é apenas um rascunho baseada na DN 68 e no decreto estadual  
158 48.160, dizendo que gostariam de receber sugestões de todos os setores, por exemplo,  
159 dos usuários, da agropecuária (criação de porcos, etc), pois esta é uma área muito  
160 carente, lembrando que o estado de SP não cobra da agropecuária. Lembrou que a  
161 Lei Federal dá autonomia ao Comitê para cobrar, mas primeiro tem que consolidar uma  
162 proposta entre os participantes do Comitê. Reforçou que todos os setores como  
163 mineração e outros, se organizem e pensem e tragam suas contribuições para começar  
164 a discutir, enviando suas propostas via email para a Diretoria e esta encaminhe à  
165 CTOC para discussões. Relembrou da importância do Plano Diretor e cobrança  
166 andarem juntos e que foram estes dois assuntos que fizeram com que o segmento da  
167 sociedade civil se unisse e cobrasse isto do andamento dos trabalhos do Comitê. Por  
168 fim, ela agradeceu a sensibilidade da Maria de Lourdes por ter colocado a equipe do  
169 IGAM à disposição, e disse a todos que tem uma interface, que é o Comitê do Grande,  
170 e que o presidente Rogério será convidado para a próxima reunião do mesmo, para  
171 que seja visto como o estado de São Paulo está efetuando a cobrança, pois são bacias  
172 irmãs e lembrou que existe um pacto de gestão entre os estados de Minas e São Paulo  
173 e que precisa ver a interface de como isto vai funcionar. Chamou a atenção novamente  
174 dos setores como o da Agricultura e Pecuária. Indicou que a Polícia Militar, que anda  
175 muito pela bacia e tem bastante conhecimento da mesma e pode trazer contribuições  
176 valiosas e fundamentais para o Comitê. O Presidente Rogério agradeceu e reforçou  
177 que todos enviem as suas contribuições por email, porque este é o meio oficial. O  
178 secretário Juvenal pediu a palavra e lembrou que há um temor pela cobrança,  
179 achando-se que terá um hidrômetro em cada lugar que não tem e disse que não será  
180 assim. O conselheiro Leonel pediu a palavra e deu quatro sugestões em relação a

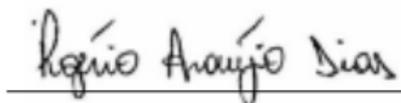
181 cobrança: 1 - que a cobrança só ocorra 1 (um) ano após o fim da pandemia; 2 – que  
182 todo recurso arrecadado com a cobrança seja destinado ao pagamento de serviços  
183 ambientais para que a área rural que tenha maior contribuição ou armazenamento de  
184 água , que ela receba para pagamento dos serviços ambientais; 3 – que não fique  
185 restrito à CT a questão da cobrança e que o Comitê aproveite esta oportunidade para  
186 se tornar visível à sociedade e mostrar que a cobrança não vem só para arrecadar  
187 recursos mas também para implementação do Plano Diretor; 4 – que haja uma  
188 operacionalização das conversas das câmaras técnicas, que a cada reunião se faça  
189 uma ata e que a mesma esteja disponível por exemplo no Google Forms, impedindo  
190 que a mesma seja editada, mas que se torne disponível, para não ter que esperar uma  
191 reunião de Plenária, com documentos chegando em cima da hora, que haja  
192 transparência nos diálogos que estão sendo feitos em relação à cobrança. O  
193 presidente Rogério respondeu ao conselheiro que pode-se transmitir as reuniões das  
194 CT's pelo YouTube se for da concordância de todos, e disponibilizar as atas para  
195 todos. A conselheira Maria Teresa tomou a palavra e disse que não concorda com a  
196 filmagem. O conselheiro Eduardo lembrou que todas as atas são encaminhadas junto  
197 com as convocatórias para as Plenárias e que também encontram-se disponíveis no  
198 Portal dos Comitês. O conselheiro Leonel lembrou que o que ele quis dizer é que haja  
199 mais celeridade. Que todos os documentos estejam disponíveis bem antes da Plenária.  
200 O secretário Juvenal agradeceu a contribuição do conselheiro Leonel e respondeu que  
201 o Comitê é representativo em todos os segmentos mas infelizmente não tem nenhum  
202 segmento aqui no Comitê representando o setor agropecuário e dos irrigantes e que,  
203 quem fez este papel dentro do Comitê de forma mais efetiva, foi a sociedade civil,  
204 dizendo que isto é louvável e lembrou que existe transparência sim. Disse ainda que  
205 ele é absolutamente contra a utilização dos recursos da cobrança para contratar  
206 qualquer tipo de estudo, porque está cheio de estudos de universidades e outros. A  
207 conselheira Ângela tomou a palavra e pontuou que esta questão de onde serão  
208 investidos os recursos vai depender do Plano Diretor, e por isto cobrança e a aplicação  
209 de recursos dependerão de quais prioridades se tem no Plano Diretor da Bacia.  
210 Concorda que sem reflorestar não há como recarregar. O Presidente Rogério  
211 agradeceu e passou a palavra para o Robson (IGAM) que esclareceu que a cobrança  
212 não será implementada a toque de caixa e que para isto tem lei, existe um cronograma  
213 de implementação da cobrança na bacia do Grande e, passo a passo, ela será  
214 cumprida. Para ilustrar, ele apresentou um slide e disse que este processo começou  
215 em 2018 com os encontros em Lavras e Três Corações e dali saiu uma agenda de  
216 trabalho sobre a cobrança nas oito bacias, surgindo-se então esta integração dos  
217 Comitês. Foi criado um Grupo de Trabalho - GT naquela época com 2 representantes  
218 de cada CBH mais o representante do IGAM e a partir daí, em paralelo à DN 68, este  
219 GT foi trabalhando uma proposta de metodologia de cobrança e preços para as bacias  
220 do Grande, e eles concluíram os relatórios no ano passado, aqueles que foram  
221 enviados para todos e assim saiu esta proposta de preços e a proposta da DN 68. Isto  
222 porque existe um decreto que em 2 anos a cobrança será implementada em todos os  
223 estados e aqueles Comitês que não discutiram a base, vão ter que utilizar a DN 68, que  
224 é a diretriz geral e determina o mínimo que será implementado em cada bacia. O passo  
225 seguinte é a capacitação das CT's e dos conselheiros e depois vem as reuniões para

226 discussão da metodologia e, ao fim da discussão, estas câmaras vão encaminhar uma  
227 proposta às Plenárias. Explicou que a fase em que estamos hoje é esta das reuniões  
228 conjuntas com as câmaras técnicas para esclarecer às mesmas tudo sobre a cobrança  
229 e tirar todas as dúvidas, para que estas consigam fazer esta discussão da forma mais  
230 transparente possível e ao fim das discussões, seja feita uma capacitação de todos os  
231 conselheiros da Plenária sobre a cobrança para que se possa ter condição para deixar  
232 tudo claro, o que vem do conselho, o que vem do GT, o que a Câmara propôs. E a  
233 partir destas reuniões, o Comitê vai deliberar e encaminhar uma deliberação ao CERH,  
234 porém antes disto, ele lembrou que o conselheiro Juvenal fez uma colocação muito  
235 importante, que a cobrança será feita somente para os outorgados, que o uso  
236 insignificante não vai pagar, que há uma metodologia de preços diferentes para os  
237 determinados segmentos e que a DN 68 foi construída por todos os segmentos,  
238 mineração, agropecuária, indústria, saneamento, etc. E que provavelmente, isto será  
239 efetivado em um prazo maior mesmo, como foi proposto pelo conselheiro Leonel, pois  
240 tem todo um processo de comunicação e divulgação junto aos usuários da bacia, quem  
241 vai pagar, como vai pagar, quanto vai pagar e que, só depois de passar pelo Conselho  
242 e o conselho deliberar, e tiver agencia, aí é que vai acontecer o primeiro boleto da  
243 cobrança e que ele acredita que isto vai acontecer em no mínimo daqui um ano  
244 mesmo. E que não deve-se trabalhar na base da especulação e sim da transparência e  
245 dos esclarecimentos, que todas as dúvidas devem ser encaminhadas para a Câmara  
246 Técnica e se a CT não conseguir existem os analistas do IGAM que estão à disposição  
247 para esclarecer todas as dúvidas. Lembrou novamente que a cobrança será feita  
248 somente para os outorgados e não para os outorgáveis, que portanto, não é necessário  
249 ter um cadastro de usuários, pois todo usuário que tem outorga vai pagar pelo uso de  
250 recursos hídricos. Com relação à utilização dos recursos serem utilizados para  
251 pagamento dos serviços ambientais, ele concorda que é muito importante porém a  
252 cobrança é implementada com base no programa do Plano Diretor dos recursos  
253 hídricos e quando institui agência, esta propõe um plano plurianual de aplicação dos  
254 recursos da cobrança, baseado nos programas e ações do Plano Diretor e o Comitê vai  
255 aprovar este plano. Podem ter projetos de aplicação dos recursos em serviços  
256 ambientais, mas vão priorizar outras necessidades. Citou o exemplo da bacia do Rio  
257 das Velhas, onde o grande problema é a questão do saneamento e que a intenção é  
258 ajudar os municípios a fazerem os seus planos municipais de saneamento. Lembrou  
259 novamente que o Comitê é quem vai definir, com base no Plano Diretor, onde os  
260 recursos serão aplicados. Lembrou da importância do Comitê ser a ponte entre a  
261 sociedade da bacia e os usuários. Por isto a importância da divulgação no momento  
262 oportuno da implementação da cobrança. Em relação às reuniões de câmara, elas são  
263 abertas a todos os conselheiros, a quem quiser participar. É só ter uma organização,  
264 porque o fato do conselho participar, não significa que ele terá a fala em todos os  
265 momentos, mas é autorizado aos conselheiros expressar suas opiniões e tirar suas  
266 dúvidas ali e que as atas também devem ser disponibilizadas para todos. Lembrou à  
267 conselheira Ângela que o próprio GT fez e encaminhou uma proposta de deliberação,  
268 ao que ela respondeu que usou esta minuta e a base da DN 68 para fazer a minuta que  
269 foi levada à CTOC do Comitê. Robson pediu que estas contribuições sejam  
270 encaminhadas à Câmara para que ela discuta e apresente uma proposta à Plenária,

271 baseado na proposta do GT e na DN 68, lembrando que tem um decreto que determina  
272 que a cobrança será implementada em dois anos com base nas diretrizes do conselho.  
273 Disse que o IGAM está esperando as propostas e contribuições até o mês de  
274 agosto/2021 e a ideia é de que as discussões estejam encerradas nas Câmaras até  
275 agosto. O presidente Rogério agradeceu e disse que esta proposta de todos os  
276 conselheiros participarem das reuniões da CT será analisada com a Câmara para ver  
277 se chamaria por setores, mas que independente disto, todas as contribuições podem  
278 ser trazidas a qualquer momento pelos conselheiros. A conselheira Maria Teresa  
279 tomou a palavra e perguntou ao Robson porque os demais instrumentos da gestão não  
280 foram tratados com este mesmo rigor e envolvimento do estado e dos técnicos do  
281 IGAM. No caso da cobrança, questionou o fato de pessoas que possuem outorga mas  
282 no momento não estarem utilizando a quantidade outorgada pedida, e que deveria  
283 haver sim um cadastro bem feito para que esta cobrança fosse incidida de acordo com  
284 a realidade de cada segmento que utiliza as águas. Disse também que quando  
285 trabalhou com os especialistas nesta questão, determinou-se que a cobrança deve  
286 andar junto com o Plano Diretor e que os Planos Diretores deveriam ser seguidos pelos  
287 prefeitos, mas infelizmente não são. E que ela percebe uma pressa do atual governo  
288 com relação à este tema da cobrança, que este Comitê sempre alertou que deveria  
289 implementar o instrumento, mas frisou que o tempo está muito apertado para envolver  
290 a sociedade de um modo geral e isto preocupa, que fica muito difícil este instrumento  
291 ser utilizado da forma correta, que será orientar a população para o uso racional, além  
292 de também fornecer recursos financeiros para implementação e tudo que precisa na  
293 bacia. Robson (IGAM) respondeu à conselheira que não concorda que o órgão gestor  
294 não deu atenção a todos os instrumentos, que ele acompanha o Mogi Pardo há muito  
295 tempo e que o IGAM dará todo apoio e suporte necessário à esta questão. Lembrou  
296 que com a implementação da cobrança começa a ter aporte financeiro para  
297 implementação de outros instrumentos, como o enquadramento de corpos de água,  
298 melhorar a questão da outorga. Lembrou que o usuário que não estiver utilizando toda  
299 a sua outorga, poderá pedir uma revisão da sua outorga. Apesar de que o preço é tão  
300 irrisório, que muitas vezes não vale a pena. Neste momento o conselheiro Eduardo  
301 disse que o objetivo maior da cobrança não é arrecadar recursos e sim estabelecer o  
302 uso racional pelo contribuinte. E lembrou que não há custo para as companhias de  
303 saneamento por exemplo, pois isto é repassado para os contribuintes de forma que não  
304 pese para ninguém. E que quando a cobrança começa efetivamente, a primeira coisa  
305 que acontece é que todos os usuários, indústrias e outros, entrem com pedido de  
306 revisão de suas outorgas, mesmo porque se você tem uma outorga maior do que a sua  
307 utilização, você está restringindo o uso de outros usuários da bacia. Lembrou que todos  
308 os instrumentos têm uma grande importância e serão levados em consideração. A  
309 conselheira Ângela pediu a palavra e discordou do conselheiro Eduardo com o fato de  
310 muitos pedirem para diminuir suas outorgas em uma época de crise de recursos  
311 hídricos, já que o preço que os grandes pagam é irrisório e que isto penalizará os  
312 pequenos. Citou as mudanças climáticas, a diminuição da água e que, com isto ela não  
313 vê ninguém abrindo mão da sua reserva hídrica. O presidente Rogério agradeceu as  
314 contribuições e lembrou que o ajuste tarifário é mais fácil quando se tem uma agência  
315 reguladora e que este não é o caso de Poços de Caldas. Neste momento o conselheiro

316 José Edilberto questionou ao Robson (IGAM) sobre a regionalização do saneamento e  
317 sobre a questão dos usos outorgáveis, se haverá um canal para fazer as denúncias.  
318 Robson respondeu que a questão é regularizar os usos, e nisto o IGAM vem se  
319 empenhando. Sobre a questão da regionalização do saneamento, ele passou para o  
320 conselheiro Eduardo responder e o mesmo disse que não é papel do IGAM, que existe  
321 uma Superintendência da SEMAD que cuida disto, e lembrou que é uma demanda da  
322 Lei do marco do saneamento que obrigou os estados a oferecer uma posição. Se o  
323 estado e os municípios não oferecerem uma posição, a lei vai seguir de uma forma  
324 protocolada. Então o que o estado está fazendo é um planejamento de blocos, e que  
325 não é uma proposta fechada, está aberto à discussão e que o problema é o prazo.  
326 Lembrou que a Assembleia Legislativa é aberta à participação de todos mas que  
327 nenhum município é obrigado a participar, e que não há tempo para discutir isto na  
328 reunião. O presidente Rogério concordou e lembrou que o repasse que o DMAE faz,  
329 por exemplo, só pode ser através da tarifa e que isto é uma discussão para outro  
330 momento. Maria de Lourdes (IGAM) tomou a palavra e respondeu à conselheira Maria  
331 Teresa com relação ao cadastro, que entende a importância do mesmo, que já  
332 trabalharam muito em cima disto, mas perceberam que 5% dos usuários são  
333 responsáveis por 92% do pagamento da cobrança na bacia e que por isto não vale a  
334 pena fazer o cadastro, pois há anos atrás a empresa cobrava R\$ 450,00 por cadastro e  
335 que isto é muito caro. Hoje, estão otimizando o cadastro de outorga, e ele será muito  
336 eficiente e eficaz. Reforçou que, quando o Comitê estiver com a cobrança, pode-se  
337 pensar nesta possibilidade de fazer um cadastro e lembrou que o mesmo não é um  
338 instrumento da gestão dos recursos hídricos e sim uma ferramenta. Eduardo (IGAM)  
339 IDE – SISEMA - <http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br/> lembrou que estão  
340 implementando o sistema digital, que hoje tem a plataforma que localiza os usos  
341 outorgados e que a intenção não cobrar dos usos insignificantes. O presidente Rogério  
342 agradeceu e passou para o último item da pauta. **Item V - Deliberação de Criação da**  
343 **Comissão Eleitoral para acompanhamento do Processo Eleitoral 2022/2026,**  
344 **conforme proposta de DN em anexo, com apresentação dos indicados a**  
345 **representar cada segmento;** disse que foi recebido a indicação da *Sociedade Civil*,  
346 que indicaram como representante a conselheira **Kelly Ribeiro de Andrade Almeida**  
347 **Di Tomazzi (Agência Regional de Proteção Ambiental da Bacia do Rio Grande –**  
348 **ARPA Rio Grande** e do *Poder Público Municipal* que indicou como representante a  
349 conselheira **Rafaela Macedo Soares (Prefeitura Municipal de Guaxupé)** e fez o  
350 convite para o setor dos *Usuários* e do *Poder Público Estadual* para indicar os seus  
351 representantes. A conselheira **Laene Fonseca Vilas Boas (Federação das Indústrias**  
352 **do Estado de Minas Gerais - FIEMG)** se dispôs a representar os **Usuários** e todos  
353 concordaram. O conselheiro **Newton Eleutério Ramos (Polícia Militar do Estado de**  
354 **Minas Gerais - PMMG)** se dispôs a representar o **Poder Público Estadual**. Sendo  
355 assim, ficou-se estabelecida a comissão eleitoral do GD6. Maria de Lourdes (IGAM)  
356 esclareceu que o processo eleitoral será bem tranquilo, que a posse será em 30 de  
357 junho de 2022, que o edital será publicado no final do mês de julho/2021, que a  
358 primeira ação é constituir a comissão e está antecipando para fazer a mobilização, a  
359 inscrição dos interessados, a reunião dos segmentos, etc. E que haverá um servidor da  
360 gerência acompanhando todo o processo. Lembrou ainda que todas as reuniões serão

361 virtuais, tendo em vista a questão da pandemia. O conselheiro José Edilberto tomou a  
362 palavra e pediu novamente a contribuição de todos os usuários locais e citou o  
363 conselheiro Renato Pizol, para possível participação da comissão eleitoral, mas o  
364 mesmo se recusou por estar com outros trabalhos neste momento. O Presidente  
365 Rogério agradeceu e concluiu com a secretária o preenchimento da DN com a  
366 instituição da comissão eleitoral do GD6. O conselheiro Eduardo disponibilizou para  
367 todos o link da plataforma IDE do Sisema <http://idesisema.meioambiente.mg.gov.br> e  
368 explicou que na plataforma tem as abas com Mapas base, Camadas, Consultar  
369 atributos e Ferramentas de Desenho. Nestas é possível escolher o tipo de imagem de  
370 mapa, escolher a camada que se quer conhecer (como a Hidrografia ou Instrumentos e  
371 Projetos Territoriais, que têm importantes informações para gestão de recursos  
372 hídricos) e a partir daí pode-se consultar atributos e inserir pontos ou poligonais que  
373 podem ser exportadas para o Google Earth ou outras plataformas. São muitos dados e  
374 muitas funções de grande utilidade. O presidente Rogério agradeceu a participação de  
375 todos e a produtividade da reunião. Nada mais havendo a tratar, a 3ª Reunião  
376 Ordinária do ano de 2021 do CBH Mogi/Pardo (GD6) foi encerrada às 12h15min.



Rogério Araújo Dias  
Presidente CBH – GD6